

CADERNOS DO CEIS20

CANTO E CASTRO - UM MONÁRQUICO
NA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

N.08. 2008

FERNANDO MENDONÇA FAVA

CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DO SÉCULO XX

CADERNOS DO CEIS 20

FERNANDO MENDONÇA FAVA

CANTO E CASTRO, UM MONÁRQUICO
NA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

COIMBRA

2008

Os cadernos do CEIS20 são publicados pelo Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20. Esta publicação, de pequena dimensão, tem por objectivo dar a conhecer resultados parciais ou finais de pesquisas realizadas no âmbito deste Centro e reflectem, por isso, a actividade de investigação efectuada. Os trabalhos publicados têm que ser inéditos e devem incentivar o debate de temas e de problemas do século XX.

Os cadernos do CEIS20 são sujeitos a arbitragem científica.

Coordenação Científica: João Rui Pita

Coordenação Editorial: Isabel Maria Luciano

CANTO E CASTRO, UM MONÁRQUICO NA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Autor: Fernando Mendonça Fava

Edição: CEIS20, Coimbra

Morada: Rua Filipe Simões, 33 – 3000-186 Coimbra

Telefone: 239 70 88 70 | Fax: 239 70 88 71

E-Mail: ceis20@ci.uc.pt

URL: www.ceis20.uc.pt

Capa: Gonçalo Luciano

Impressão e acabamento: Imprensa de Coimbra, Lda

Depósito legal: 272690/08

ISBN: 978-972-8627-08-9

Fernando Mendonça Fava – Mestre em História; Colaborador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20.

INTRODUÇÃO

A História da nossa Primeira República está recheada de episódios de ruptura que dialecticamente determinaram, não só as várias conjunturas político-sociais que se foram gerando e sucedendo, como igualmente as correlativas instâncias de poder. O conhecimento e a análise desses episódios tornam-se essenciais para a compreensão historiológica desse passado a que agora nos reportamos. Uma dessas situações de ruptura, ocorrida nos finais do ano de 1918, dá substância ao trabalho que nos propomos fazer e tem como tema central uma controversa figura de marinheiro que, elevado pelas especiais circunstâncias do momento ao cargo de Presidente da República, tinha a particularidade, no mínimo estranha para o efeito, de ser um confesso monárquico. O caso é, no mínimo, original: Portugal, país de contrastes, que acabara de ter um Presidente Republicano que governara com monárquicos, tinha agora um Presidente Monárquico que se propunha governar com republicanos. Se mais não houvera, a singularidade desta situação justificaria, sem dúvida, o esforço do trabalho que ora encetamos, justamente com o propósito de divulgar uma figura histórica imerecidamente pouco conhecida e que, apagando os seus ideais perante os valores mais vastos dos interesses da Nação, percorreu até ao fim do seu mandato um caminho que salvou a República e a devolveu aos seus verdadeiros representantes. Não se julgue com isto que as facilidades lhe sorriram, bem pelo contrário, o período em que decorreu a sua magistratura foi um dos mais atribulados da vida da República.

A memória de um homem como João do Canto e Castro Silva Antunes, devendo ser perpetuada, caiu, no entanto, no mais absoluto esquecimento. Em Lisboa, cidade onde nasceu, viveu e morreu, nada se conhece que publi-

camente lembre a existência dessa figura histórica a quem a República tanto deve. Nenhuma estátua, nenhuma placa toponímica, nome de rua, de praça ou de instituição. O esquecimento é uma segunda morte, porventura pior que a primeira. Numa tentativa despreziosa de esconjurar esta morte, pretendemos trazer à presença dos vivos o que de mais importante sobre esse vulto de portugueses honrado conseguimos apurar, estabelecendo uma natural e necessária correspondência entre essa informação e os anais próprios da República, factos históricos indissociáveis.

1 - Alguns Dados Biográficos

João do Canto e Castro Silva Antunes nasceu a 19 de Maio de 1862, em Lisboa, sendo seus pais o General de Brigada Ricardo da Costa da Silva Antunes e D. Maria da Conceição Canto e Castro Mascarenhas Valdez. O apelido composto Canto e Castro tem origem nos Açores, Ilha Terceira¹. Meio plebeu, meio aristocrata, João do Canto e Castro fez os estudos secundários no Colégio Luso-Britânico onde foi um aluno brilhante. Com 19 anos de idade entrou para a Real Escola Naval, onde, de novo com brilhantismo, fez o curso da Academia de Marinha. Andou então embarcado, sulcando os mares até Moçambique, Macau e Timor.

Em 1889, já como segundo-tenente, assumiu o comando interino da canhoneira Zaire e, nesse posto, rumou ao Natal, no sudeste africano, para aí apoiar as acções do famoso explorador colonial português, Serpa Pinto. A sua actuação, no decorrer desta comissão de serviço, valeu-lhe o seu primeiro louvor, dado pelo Comando da Divisão Naval do Índico.

O seu trabalho no Congo, em 1890, como técnico da Comissão de Limites (organização belga e portuguesa para o estudo e delimitação de fronteiras) foi considerado excelente por ambos os países, e, por essa razão, foi o segundo-

¹ Cf. Forjaz, Jorge Pamplona, *O Solar de Nossa Senhora dos Remédios (Canto e Castro)*, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1996, pp. 13 - 14. Ver também Martins, Francisco Rocha, *Memórias Sobre Sidónio Pais*, Lisboa, Sociedade Editorial ABC, Limitada, 1921, pp. 215-216.

-tenente Canto e Castro condecorado pela Bélgica com a Ordem da Estrela Africana e por Portugal com a medalha de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. No ano seguinte, com vinte e nove anos e o posto de primeiro-tenente, contraiu matrimónio com Mariana de Santo António Moreira Freire Correia Manuel Torres D'Alvim.



Canto e Castro nos seus tempos de guarda-marinha.
Do livro O Drama de Castro.

Nomeado então Governador do Distrito de Lourenço Marques, em Moçambique, aí permaneceu cerca de um ano, após o que, se viu forçado a regressar à Metrópole, gravemente doente com uma angina de peito. Restabe-

lecido, regressou a Moçambique onde, logo à chegada, teve então de enfrentar uma forte revolta indígena que chegou a colocar em risco a própria cidade de Lourenço Marques². Dominada a situação, ao fim de 46 dias, o Governador Canto e Castro teve de se retirar em repouso para a província do Natal. Pelo esforço dispendido e pelo êxito alcançado na defesa da cidade, o Rei D. Carlos agraciou-o com a Ordem da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito. Depois de uma breve estadia na Metrópole, Canto Castro partiu de novo em missão para África, desta feita como Governador do Distrito de Moçâmedes, no extremo sul da costa de Angola, lugar em que se manteve até Maio de 1896. Depois, de novo em Lisboa, por aí ficou durante alguns anos no exercício de funções burocráticas, até que, em 1902, voltou ao mar, para comandar primeiramente a canhoneira Vouga e depois a canhoneira Diu. Ao comando desta última, rumou de novo a Moçambique, fundeando no porto da Beira, aí permanecendo largo tempo em missão de defesa da soberania portuguesa. Mais tarde, embarcado na corveta Afonso de Albuquerque, como imediato, o então capitão-tenente Canto e Castro entrou na Baía de Lourenço Marques, sendo alvo de grandes manifestações de apreço e de agradecimento pelo seu desempenho na defesa daquela cidade aquando dos ataques indígenas de 1894. Em 1908, acedendo a uma solicitação do Vice-Almirante Ferreira do Amaral, teve uma episódica passagem pelo Parlamento como deputado. As suas poucas intervenções centraram-se em questões relacionadas com a reorganização das forças navais, nisso revelando uma grande cultura histórica e científica acerca das coisas do mar, bem como um conhecimento profundo das especificidades da nossa costa marítima e da nossa Marinha de Guerra³.

Implantada a República em Outubro de 1910, o monárquico Canto e Castro, então capitão-de-fragata, assumiu, em Novembro, o posto de comandante da Escola de Alunos Marinheiros do Norte, cargo que entretanto acumulou com o de director interino do Departamento Marítimo do Norte. Nestas funções foi de importância decisiva a sua acção aquando das grandes

² Sobre o assunto ver Botelho, José Justino Teixeira, *História Militar e Política dos Portugueses em Moçambique, de 1883 aos Nossos Dias*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921, pp. 415-

³ Cf. *Diários da Câmara de Deputados*, de 29/08/1908, pp. 11 e ss. e de 12/04/1910, pp. 10 e ss.

cheias do rio Douro, ocorridas durante o mês de Novembro de 1910. A República agradeceu o esforço, louvando oficialmente a sua actuação em termos muito elogiosos. Todavia, Canto e Castro, adverso aos ideais do novo regime, não desejava servir a República e, por essa razão, pensou em deixar a vida do mar e dedicar-se a um negócio de comissões e consignações, chegando a abrir, para o efeito, um escritório na Praça dos Restauradores, em Lisboa.

Mas o homem era marinheiro, não era negociante, e a empresa naturalmente faliu. Por sorte não chegara a sair da Marinha e, assim sendo, em 1913, ciente da sua competência e da sua honradez, a República deu-lhe um voto de confiança, colocando-o ao comando do cruzador Adamastor, navio que teve ir buscar a Macau, numa demorada e complicada viagem por terra. Em 1915, já capitão-de-mar-e-guerra, Canto e Castro passou a comandar a Escola Prática de Artilharia Naval, instalada a bordo da fragata D. Fernando. Três anos mais tarde, estando o país já sob o consulado de Sidónio Pais, dirigiu os Serviços de Estado-Maior Naval, com especiais competências sobre questões ligadas à Grande Guerra e à nossa intervenção na mesma.

Exceptuando a breve passagem como deputado pela última legislatura da Monarquia, Canto e Castro sempre se manteve arredado das andanças da política. Esta no entanto viria ter consigo sob a forma de uma solicitação feita por Sidónio Pais para que aceitasse o cargo governamental de Secretário de Estado da Marinha. Começou por recusar com o argumento de perfilhar ideais monárquicos, facto que, a seu ver, era incompatível com o exercício de funções governativas no seio da República. Mas, circulando o rumor de que, na sequência da sua recusa, Sidónio Pais iria transformar a Secretaria de Estado da Marinha numa Direcção Geral dependente da Secretaria de Estado da Guerra, alguns seus camaradas de armas vieram então instar com ele para que aceitasse o cargo que lhe havia sido proposto. Canto e Castro acabou por ceder a estes rogos⁴ e com isso se deu início à sua carreira de governante. Todavia, por esta altura, Sidónio Pais e o seu regime estavam perto do fim. O ditador concitara contra a sua pessoa ódios insanáveis que se vieram a concretizar na sua morte, na noite de 14 de Dezembro, às portas da Estação do Rossio, em Lisboa.

⁴ Cf. Oliveira, Maurício de, *O Drama de Canto e Castro*, Lisboa, Editora Marítimo-Colonial, 1944, p. 60.

No novo contexto político que se seguiu, caracterizado sobretudo por uma confusa situação social e uma extrema conflitualidade política e militar, Canto e Castro desempenhou um importante papel histórico. O aspecto interessante a realçar é o de que, sendo monárquico, ele foi, conscientemente, um dos salvadores da República num momento em que esta correu grande perigo. E isso porque em tal empresa empenhara a sua palavra, sendo certo, todavia, que tal atitude não deixava de conter uma auto-flagelação ideológica.

2 – Os Palcos da Política

No rudimentar edifício constitucional erigido pelo sidonismo não havia respostas para as questões que a nova situação colocava. Confrontados com o problema, os membros do governo recorreram à Constituição de 1911 e ao abrigo dessa Lei Fundamental da República assumiram colectivamente a plenitude do poder executivo. Reunidos de emergência, logo nessa noite do atentado, com a presença dos presidentes das duas câmaras (Deputados e Senado) e dos líderes dos grupos parlamentares, buscaram encontrar uma personalidade que assumisse a Chefia do Governo. Num ambiente de tensão e constrangimento alguns nomes foram aparecendo, até que alguém alvitrou o nome de Canto e Castro e rapidamente o alvitre se espalhou, com toda a gente a afirmar que ele era o «homem certo». A cena é retratada por um testemunho da época: “ [...] o gabinete decidira, por unanimidade, dar a presidência ao mais graduado e ao mais velho dos seus membros: era o almirante Canto e Castro, um velho seco, glabro, de pele em engelhas, amarfinado, de nariz saliente, bem penteado o cabelo branco” [...] nunca fora um republicano e o destino entregava-lhe a República”⁵. Havia agora que, com o mesmo carácter de urgência, preencher o importante cargo de Presidente da República, também vago por força dos acontecimentos. Entre o Governo e algumas chefias militares foram então encetadas conversações tendentes a encontrar, por escolha, uma personalidade que pudesse assumir o importante cargo. Apontado,

⁵ Martins, Francisco Rocha, *Memórias Sobre Sidónio Pais*, Lisboa, 1921, p. 311 (grafia actualizada).

mais uma vez, o nome de Canto e Castro⁶, os militares declararam que o Exército o apoiaria enquanto ele desse garantias de continuar a obra de Sidónio Pais. Nas palavras proferidas pelo coronel João de Almeida: “O Exército apoiá-lo-á até ao dia em que cumprir o que deve ser a sua norma: o combate à demagogia, a continuação da obra de Sidónio Pais e no ministério as figuras que dêem ao país as garantias da ordem. Se faltar...”⁷. A ameaça, inacabada, ficava no ar, deixando adivinhar intenções. Todavia, ficava concedido o «benefício da dúvida» a Canto e Castro, para o que, de alguma forma, terá contribuído o facto de o almirante ter declarado em conversa com João de Almeida as suas ideias pró-monárquicas⁸. O influente militar terá sido levado a considerar Canto e Castro como um dos seus e a esperar dele um comportamento consequente nesse sentido, no que, redondamente, se enganou. Encontrado de novo o «homem certo», este foi eleito em reunião do Congresso da República de 16 de Dezembro de 1918, por 137 votos dos 138 possíveis.

Acontecimento deveras singular, senão insólito, este em que um Congresso eleito ao abrigo de uma legislação que não lhe atribuía competência electivas, confiou, justamente por eleição, o mais alto cargo político da República a uma personalidade que sempre se afirmara de convicções monárquicas. Sendo certo que as Câmaras (partes constituintes do Congresso) tinham sido eleitas nos termos do decreto sidonista n.º 3997 de 30 de Março de 1918, que no seu espírito e aplicação prática era contrário à Constituição de 1911, tornava-se uma enormidade que fossem agora essas mesmas câmaras a denegar a legislação que lhes havia dado origem. Por outro lado, a aceitar-se como instrumento regulamentador a Constituição de 1911, então, a essa luz, o legítimo Presidente da República seria Bernardino Machado, cujo mandato, que havia sido violentamente interrompido pela Revolta Dezembrista de 1917, só terminaria em Outubro de 1919. Há que atender, no entanto, que todas estas irregularidades provinham das atribuladas circunstâncias do momento e da intenção de, sem

⁶ Sobre as razões objectivas da escolha de Canto e Castro, ver Cunha, Norberto Ferreira da, “A Ordem e a Pátria na Acção de um Presidente da República Monárquico: Canto e Castro”, in *Revista de História das Ideias*, Coimbra, FLUC – Instituto de História e Teoria das Ideias, vol. 27, 2006, pp. 376-377.

⁷ Idem, *Ibidem*, p. 324 (grafia actualizada).

⁸ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 324.

demoras, se dotar a Nação e o Estado de normais condições de funcionamento. A verdade é, porém, que, por força de todos estes condicionalismos, o almirante monárquico viu-se investido no alto cargo de Primeiro Magistrado da República; para mais, com a responsabilidade assumida de a salvar dos ataques dos seus arqui-inimigos, os monárquicos e, nesse caso e paradoxalmente, de si próprio. Difícil é imaginar situação mais bizarra. Certo é que havia muitas maneiras de se ser monárquico, e daquela em que Canto e Castro se incluía (não militância) não advinha grande perigo para a República. O mesmo, porém, já não se poderia dizer dos monárquicos que detinham os comandos das mais importantes unidades do Exército. Organizados em Juntas Militares, exerciam enorme pressão sobre os órgãos de poder institucionalizados, ao mesmo tempo que ostentavam uma postura agressiva contra tudo o que significasse República de 1910. Exigiam um governo de força onde eles e os seus interesses estivessem representados e afirmavam-se decididos a usar a força das armas para assegurar a ordem e a tranquilidade públicas e evitar que a «demagogia» regressasse ao poder⁹.

A questão da natureza do regime, sempre tão acaloradamente discutida, atingira neste período extrema acuidade, polarizando as ideias e as acções. A grande contenda era, naturalmente, travada entre monárquicos e republicanos. Nas suas radicalizadas posições, quer monárquicos, quer republicanos, procuravam afirmar-se em exhibições de força que davam configuração a um clima de pré-guerra civil. Esta era, grosso modo, a situação que Canto e Castro teria agora de enfrentar, fazendo jus à sua fama de «homem para as situações difíceis». Porventura, ele próprio, consciente da gravidade da situação, se terá apercebido que a sua figura era a única que, na circunstância, oferecia menor contestação no contexto geral das facções em litígio. Com efeito, os monárquicos cediam à tentação de o ver como um dos seus e os republicanos tinham-no no conceito de um homem de grande seriedade e incapaz de, no exercício das suas funções, trair a República. Por outro lado, a sua alta patente militar era condição que o credenciava para o cargo de Chefe de Estado e, a aferir pelas notícias e comentários vindos de fora, também a opinião pública e institucio-

⁹ Cf. *Documento M 114*, Caixa n.º 51, Arquivo Diplomático do MNE – Palácio das Necessidades, Lisboa.

nal internacionais não lhe eram desfavoráveis¹⁰. Perante uma causa a que se encontrava ligado por um juramento de honra, Canto e Castro, sem dúvida com sacrifício do seu ideal monárquico, revelou uma firmeza de carácter a todos os títulos digna de respeito. Os republicanos não lhe regatearam esse mérito. Houve, como há sempre, alguns detractores, algumas vozes discordantes: João Chagas, amigo de infância de Canto e Castro, chamará este de presidente usurpador, dizendo que “ [...] a República se encontra com dois presidentes – um de direito, o de Paris, outro de facto, o de Lisboa”¹¹. Outros ainda teriam o monárquico que se tornara Presidente da República na conta de um «fantasma de Presidente» e pilheriando com o seu patronímico, chamar-lhe-iam por troça, o senhor «Antunes da Silva»¹². Em todo o caso, nem homens nem factos desviariam Canto e Castro do caminho imposto pelo seu sentido de honra e de lealdade e de assunção plena dos compromissos aceites.

3 – O Exercício do Poder

No início do seu mandato presidencial, a primeira e mais urgente questão que se colocava a Canto e Castro era a constituição de um novo ministério. Depois de uma tentativa feita pelo republicano conservador Nunes da Ponte, o Presidente voltou-se para o seu Ministro das Finanças, João Tamagnini Barbosa, pedindo-lhe que aceitasse o encargo de formar novo governo. As Juntas Militares enviaram então ao indigitado Chefe de Governo uma lista de pessoas que lhe eram afectas, reivindicando a entrada das mesmas no ministério a constituir. Quando no dia 23 de Dezembro, Tamagnini apresentou o seu elenco

¹⁰ Os jornais franceses *Le Dépêche* de Toulouse (18/12/18) e *Le Temps* de Paris (22/12/18) eram pródigos em elogios ao novo Presidente da República Portuguesa, in Arquivo Diplomático do Palácio das Necessidades, respectivamente, Caixa n.º 45, maço 5 e Caixa n.º 46, maço 1. Do rei Jorge V de Inglaterra, recebeu Canto e Castro um telegrama de felicitações, transcrito em *O Diário de Notícias* de 28/12/18, p. 1.

¹¹ Cf. Chagas, João, *O Diário*, IV – 1918/1921, Edições Rolim, Lisboa, s/d., p. 256.

¹² Cf. França, José Augusto, *Os Anos Vinte em Portugal*, Lisboa, Presença, 1992, p. 31, citando Visconde do Porto da Cruz, “Paixão e Morte de Sidónio”.

ministerial, composto em grande parte por elementos do anterior governo, o Presidente da República aceitou-o e deu-lhe posse. Violenta e incontinentemente, os militares das Juntas exprobraram o acto, acusando Tamagnini Barbosa de nem sequer haver consultado as personalidades que eles haviam indicado. Recusavam com veemência as figuras de Egas Moniz à frente dos Negócios Estrangeiros e de Afonso de Melo Pinto Veloso na Justiça, acusando estes políticos de pactuarem com a «demagogia». E passando das palavras aos actos, logo nessa noite de 23, saíram de quartéis e concentraram-se no Monsanto e no Parque Eduardo VII. Surtida fraca, que logo os próprios cabecilhas do movimento se apressaram a classificar, não de insurreição militar, mas de acto de protesto contra a constituição do gabinete Tamagnini.

Estas posições e atitudes dos militares, para além de constituírem passos na concretização dos seus projectos políticos, eram sobretudo, providências que tomavam contra o ressurgimento do democratismo. Em seu entender, isso viria não só subverter o tipo de ordem e autoridade que queriam ver estabelecidas, mas, e principalmente, colocar em causa os postos de chefia a que eles, militares monárquicos, haviam acedido pela mão de Sidónio Pais. Presos destas inquietudes, não confiavam, para resolução das mesmas, no Chefe de Governo, Tamagnini Barbosa. Daí que, cada vez mais, se animassem a tomar pela força as rédeas da governação e do mando. Na região norte, mormente no Porto, a grande maioria dos regimentos mostrava-se propensa a embarcar na aventura golpista de instauração da ditadura militar. Já em Lisboa, somente as cavalarias de Belém e a artilharia de Queluz deixavam mostrar essa tentação. Apertando-se o «braço-de-ferro» entre as Juntas e os poderes instituídos, sabia-se contudo que a instituição militar estava dividida nas opiniões acerca do necessário rumo da coisa política em Portugal e que, no seio de um Exército politizado, os monárquicos das Juntas Militares estavam longe de serem os representantes de uma corrente de opinião maioritária¹³. Não obstante, as Juntas com os seus propósitos de tomada do poder, em conluio com a ofensiva restauracionista de alas mais radicais do Partido Monárquico, constituíam uma ameaça séria à República e os poderes instituídos estavam conscientes desse perigo. E daí a sua atitude de resistir às

¹³ Cf. *Jornal da Tarde* de 24/12/18, p. 1.

pressões daquelas estruturas militares, não desprezando, porém, os contactos com as mesmas, nem repudiando em absoluto as suas reivindicações.

Em torno da figura do Presidente da República e do Ministério formado sob suas instâncias, iam surgindo entretanto manifestações de apoio, vindas de entidades particulares, de colectividades, de agremiações, de diversas unidades militares, de governadores civis e dos partidos políticos. As Juntas Militares eram aí severamente criticadas e, em alguns casos, taxadas de criminosas.

O Partido Socialista Português enviou então uma mensagem ao Presidente Canto e Castro, afirmando-lhe todo o apoio dos sindicatos operários e dos partidos defensores da liberdade e da República e pedindo-lhe a maior severidade para com os patrocinadores do projecto de restauração de uma «monarquia militarista e clerical»¹⁴.

O tempo corria efectivamente contra os desígnios das Juntas, mas é claro que, atentas ao desenrolar da situação, estas iam congeminando estratégias para a melhor defesa das suas posições. Um confronto militar, havido a 8 de Janeiro às portas de Vila Real entre tropas fiéis ao Governo e uma coluna militar da Junta do Norte, aparece como a causa próxima de um acordo para uma remodelação governamental que, embora não correspondesse inteiramente às reivindicações dos militares, não deixava de ser uma cedência e, nesse sentido, um precedente perigoso. Numa altura em que as Juntas já se encontravam publicamente desacreditadas, esta meia capitulação exaltou o ânimo dos republicanos e a contestação ao arranjo governamental não se fez esperar, ademais tendo-se como certo, no campo republicano, que tal arranjo, ao invés de pacificar a situação, era algo que encorajaria as Juntas a fazerem mais exigências. Apesar de toda a polémica gerada, e muita foi, o novo Ministério passou. Ao optar pela não rejeição, atitude que, em circunstâncias normais, seria coerente com a defesa dos valores republicanos, a maioria dos elementos das Câmaras considerou que, na complicadíssima conjuntura que então se vivia, outra postura seria prejudicial para aquilo que, de momento, era o mais importante, ou seja, a defesa do regime.

A questão estava implícita nas palavras do líder da maioria republicana, Marcolino Pires quando, na Câmara, declarou: “ [...] eu tenho a dizer

¹⁴ Cf. *O Século* de 1/1/19, p. 1

com toda a lealdade e franqueza, que a maioria não viu com agrado a solução da presente crise ministerial; mas tendo em consideração a gravidade do actual momento, a maior parte da maioria parlamentar dá o seu apoio ao governo [...]”¹⁵.

A verdade, porém, é que as cedências feitas aos monárquicos não lograram qualquer água fria no caldeirão efervescente da política, sendo que, nos dias que se seguiram, a imoderação nas palavras e nos actos foi-se aposando quer de monárquicos quer de republicanos. Respirava-se uma atmosfera prenunciadora de violências. No dia 10 estalou o primeiro sinal de revolta quando um numeroso grupo de civis e militares, tendo à frente oficiais republicanos, subiu ao Castelo de São Jorge com a pretensão de assaltar o 3.º batalhão de infantaria e aliciar esta força para um movimento revolucionário republicano contra as Juntas e contra o Governo¹⁶. Ao mesmo tempo registavam-se revoltas no Arsenal da Marinha e a bordo de alguns barcos no Tejo. O Governo mandou encerrar a barra do Tejo e enviou ao encontro dos revoltosos unidades do Exército e da GNR. Sufocada a tentativa em Lisboa, não sem tiros e alguns mortos e feridos, a ofensiva republicana prolongou-se, dando lugar à chamada Revolta de Santarém, movimento revolucionário com epicentro nesta cidade, mas como elos de ligação e alguma expressão em outras localidades como Covilhã, Tomar, Caldas da Rainha, Alcobaça. De acordo com os seus comunicados, os revoltosos diziam-se em luta pela constituição de um governo «retintamente republicano» e pela entrada em vigor da Constituição de 1911, com a introdução nesta do princípio de dissolução das Câmaras, poder que deveria ser atribuído ao Presidente da República¹⁷.

Sob ordem do Governo, marcharam ao encontro dos revoltosos tropas de vários pontos do país – Alentejo, Lisboa, Coimbra. Dominadas as situações de Covilhã, Alcobaça e Caldas da Rainha, as tropas cercaram Santarém, reduto principal da revolta. Os sitiados acabaram por se render na tarde de 15 de Janeiro, às mãos do tenente Teófilo Duarte que comandava a famosa Coluna

¹⁵ *O Século* de 9/1/19, p. 1 (grafia actualizada).

¹⁶ Ver *O Século* de 11 de Janeiro de 1918, p.1.

¹⁷ Cf. *O Século* de 12 e 13 de Janeiro de 1919, primeiras páginas.

Negra.¹⁸ Um acto de rendição perante um subalterno, quando deveria ter sido perante o comandante das forças sitiadas, general Tamagnini de Abreu. O facto insólito parece apontar para uma desvalorização dos comandos inimigos por parte dos revoltosos. Teófilo Duarte consideraria essa rendição como «um fruto do espírito pirrónico» dos cabecilhas da revolução¹⁹.

Os chefes das Juntas Militares viram, naturalmente, esta aventura como mais uma tentativa de assalto ao poder por parte da, para eles, sempre execranda «seita demagógica». As suas preocupações eram agora tanto maiores quanto desconfiavam de que junto de alguns membros do Governo e em círculos próximos do próprio Chefe do Executivo, o movimento revolucionário fora visto com alguma simpatia e entendido como uma possível forma de travão às pretensões e ameaças das Juntas Militares. Um conchavo que, de alguma forma, seria confirmado por um dos dirigentes do movimento, o deputado Cunha Leal, em declarações feitas na Câmara dos Deputados: “[...] falámos com Ministros e o que nos foi dito, não directamente pelo Sr. Tamagnini Barbosa, mas pelos amigos, foi o seguinte: “Nós não temos força para combater as Juntas Militares, mas revoltem-se vocês, provando ao Governo que essa força existe, pois assim o Governo, em lugar de os combater, dar-lhes-á as mãos”²⁰. É lícito pensar que Tamagnini Barbosa, receoso de um confronto directo com as Juntas, utilizasse os adversários activos daquelas, visando com isso um desgaste psicológico dos membros de tais estruturas militares, sujeitos que estavam estes a uma tensão cada vez maior. Não admira pois que se sentissem definitivamente empurrados para a aventura restauracionista, considerando-a como a cartada final necessária para impedir o regresso da «demagogia». De facto, boa parte da sua imprensa reflectia então esse estado de espírito e incitava a tal empreendimento. Dessa forma se criou também uma ilusão de unidade e o convencimento de que estavam reunidas as neces-

¹⁸ Troço de tropas por este oficial organizado com restos das guarnições militares da Guarda e de Castelo Branco que, sob o seu comando, haviam jugulado a revolta da Covilhã. Agrupamento heteróclito composto por guardas-fiscais, guardas-republicanos e alguns soldados de uma companhia de obuses.

¹⁹ Cf. Duarte, Teófilo, “Sidónio Pais e o Seu Consulado”, citado por Peres, Damião, *História de Portugal, Suplemento*, Barcelos, Portucalense Editores 1935-1954

²⁰ *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 11/02/19, p. 6 (grafia actualizada).

sárias condições para, sem grande possibilidade de resistência por parte da República, a monarquia se instalar, de novo, em todo o território nacional. O grito de guerra dos monárquicos, traduzindo, de alguma forma, essa sensação de euforia, era “ou nós ou eles”²¹.

Postas as coisas neste pé, não é de estranhar que o assalto à República começasse a ter lugar no Porto onde a reacção monárquica era muito mais forte e onde a Junta Militar do Norte, embora abusivamente, exercia já um efectivo poder político e administrativo. Consequentemente, as forças de guarnição da cidade, reunidas a 19 de Janeiro no Largo do Monte Pedral, saudaram a restauração formal da monarquia portuguesa e a pessoa do seu representante, o rei D. Manuel II. Presidiu aos actos o herói romântico da luta pela Causa, Henrique Mitchell de Paiva Couceiro, secundado por personalidades monárquicas afectas à Junta Militar do Norte. Em Lisboa, ao tomarem conhecimento, no próprio dia 19 de Janeiro de 1919, dos graves acontecimentos do norte do país, o Presidente Canto e Castro e o Governo decretaram o estado de sítio. A 21 de Janeiro, no decorrer de uma grande manifestação republicana no Terreiro do Paço, o Chefe de Governo chamou às armas o povo da capital, ao mesmo que abria as portas das prisões aos republicanos (e muitos eram) que ainda se encontravam encarcerados por se terem oposto ao sidonismo. Indicada a Praça de Touros do Campo Pequeno como local de concentração e instrução de voluntários, para aí se dirigiram, na manhã seguinte, numerosos civis. Os acontecimentos, impressionantes pela dimensão e pelas manifestações de fé republicana, causaram fortes inquietações junto dos militares monárquicos da capital, levando a que alguns destes, de imediato, iniciassem o processo de conspiração que teve como epílogo a chamada Revolta de Monsanto, iniciada ao cair da noite de 22 de Janeiro. No seu apresto para dar combate à revolta talassa, a República contou sobretudo com forças militares da Marinha de Guerra e com o concurso efectivo da arraia-miúda da cidade, do operariado, de oficiais recém-vindos do front e, como já se disse, dos presos políticos do sidonismo. Todos, bandeiras desfraldadas e ao som da Portuguesa e da Maria da Fonte, marcharam sobre Monsanto onde abnegadamente se bateram e venceram.

²¹ Ver artigo de Alfredo Pimenta em *O Diário Nacional* de 15 de Janeiro de 1919.

Na sua essência, os episódios restauracionistas do Porto e de Lisboa terão de ser considerados um epílogo lógico para uma trama política (sidonismo) posta em marcha com o ascenso de Sidónio Pais e que se fora entretecendo com linhas que, contraditoriamente, outorgavam aos monárquicos cargos, poderes e dignidades, ao mesmo tempo que remetiam os republicanos para o exílio ou para a prisão. Mas, embora detentores de centros de decisão importantes, facto que lhes proporcionava substanciais vantagens e efectivos poderes, a verdade é que os monárquicos estavam estruturalmente desunidos. O único cimento que os ligava era o ódio que comumente votavam à República e aos republicanos. Neste contexto, a empresa de Monsanto foi pressentida pelos mais cautelosos realistas como uma arriscada aventura, todavia a estreiteza do leque de escolhas e voracidade de um tempo que, cada vez mais, roubava viabilidade ao projecto, terá facilitado decisões e posto em marcha a revolta. Para os monárquicos implicados na conjura tudo acabou por desembocar no «agora ou nunca» e a probabilidade de êxito, sendo duvidosa, era, no entanto, tentadora. Decerto, foi contagiado por essa dinâmica que Aires de Ornelas, lugar-tenente de D. Manuel, se deixou arrastar para a sublevação, muito embora nela permanecesse contrariado e sem grande iniciativa²².

4 – Consolidação da República

Na nova conjuntura político-partidária gerada pela vitória republicana de Monsanto, caracterizada numa primeira fase pelo regresso dos três partidos históricos da República, Canto e Castro encarregou o republicano conservador José Relvas de formar novo Ministério. Num momento político que classificaria de «pavorosa confusão»²³, Relvas apresentou um elenco governativo de concentração republicana, representante de todas as forças, incluindo sidonistas e socialistas. Tido como intérprete dos interesses das mais baixas camadas da população, o Partido Socialista, pela primeira vez na sua história, estava representado num governo de concentração partidária. O facto não estava

²² Cf. Ferrão, Carlos, *Em Defesa da República*, Lisboa, Inquérito, s.d., pp. 144-146.

²³ Cf. Relvas, José, *Memórias Políticas*, Lisboa, Terra Livre, 1978, p. 83.

desligado da participação valorosa dessas camadas na vitória de Monsanto e do sucesso e prestígio obtidos na empresa pelo «pé-descalço» de Lisboa.

A questão grossa que se colocou ao Governo Relvas foi a da coexistência impossível de um Parlamento sidonista com uma opinião pública e um quadro partidário que lhe eram totalmente adversos. Com o decorrer do tempo, a contradição acentuava-se, mormente após a derrota e completa falência da Traulitânia²⁴, a 13 de Fevereiro. A solução que aparecia como mais viável, no enquadramento institucional, era a de o Parlamento votar a sua própria dissolução, mas, entrincheirados nas Câmaras, os sidonistas viam nelas o seu último reduto e dele não pretendiam abrir mão, voluntariamente²⁵. Sendo francamente a favor da extinção das Câmaras, Relvas tinha contra si o facto de no seu elenco governativo haver ministros sidonistas e, junto destes, a dissolução conduzir inevitavelmente a uma renúncia de funções e a uma subsequente crise governamental. Para Canto e Castro que devia a sua eleição a esse, agora desajustado Parlamento, o desconforto não era menor, compreendendo-se bem quanto lhe repugnava assinar o decreto de extinção de uma instituição que, afinal, o elegera para o cargo que desempenhava. Em boa coerência, o Presidente ver-se-ia obrigado a resignar. A este propósito, diz José Relvas, nas suas Memórias: “[...] pior que a crise ministerial, seria a presidencial, que importaria a vacância do Poder e a sua posse pelos piores políticos – um bando de aventureiros. Canto e Castro rendeu-se às minhas razões, não sem ter manifestado o seu grande desejo de abandonar a presidência”²⁶

Obrigados assim a escolhas difíceis, os dois homens de Estado, reunidos a 19 de Fevereiro, puseram-se de acordo quanto à necessidade superior de dissolver o Parlamento. Inesperadamente ocorreu um facto, aparentemente lateral, mas de subida importância para Canto e Castro. Foi esse o da resignação pública de Bernardino Machado ao seu mandato presidencial. O gesto aliviava expressivamente a precariedade de que se rodeava a magistratura do

²⁴ Nome atribuído à Monarquia do Norte pelo jornalista Campos de Lima, de acordo com as suas declarações no seu livro *O Reino da Traulitânia, 25 Dias de Reacção Monárquica no Porto*, Porto, Renascença Portuguesa, 1919, pp. 8-9.

²⁵ Consulte-se, a propósito, *O Diário do Senado* de 18 de Fevereiro de 1919, especialmente a p. 10.

²⁶ Relvas, José, *Memórias Políticas*, Lisboa, Terra Livre, 1978, vol. 2, p. 110.

Presidente, propiciando a promessa por sua parte de ficar no seu cargo até que em futuro Congresso da República viesse a ser eleito um novo Chefe de Estado. Já o Governo não viu as suas dificuldades aplanadas. A decisão prevalecente de dissolver o Parlamento teve, como se esperava, o efeito de tornar demissionários os ministros sidonistas, ao que acresceram ainda, por outras causas, as defecções ministeriais de Egas Moniz e de José Carlos da Maia. Relvas foi gerindo a situação, até que, a 28 de Março o Executivo se declarou oficialmente em crise, seguindo-se o pedido de demissão.

A crise e demissão do Governo Relvas têm de ser encaradas como o consequência lógica do esforço de um regime, a República, que procurava reencontrar-se com as suas origens. Os seus progressos nesse sentido não eram, porém, consentâneos com a existência de um governo de concentração republicana que, embora chefiado por um republicano ímpoluto como o era José Relvas, albergava sensibilidades afectas a uma finada experiência política que fora (e era) profundamente odiada pela grande maioria dos republicanos em presença. Extinto o Parlamento, tornou-se inevitável que o impacto subsistente de uma tal antinomia se viesse a exercer sobre o Executivo. Mas, ainda acerca de desarmonias entre instituições vigentes e ideais políticos dominantes, poder-se-ia dizer que Canto e Castro era, em si próprio, o retrato vivo dessa situação e, formalmente, assim era, por ser monárquico e por ter sido Secretário de Estado de Sidónio Pais. No entanto, era indesmentível que ele entrara no último governo de Sidónio Pais apenas por pressão dos seus camaradas de armas e para defender os interesses da sua corporação, a Armada. E, se bem que monárquico, deu mostras de uma profunda compreensão do andamento irreversível do processo político subsequente, respeitando os compromissos assumidos e pautando a sua acção sempre pela defesa dos interesses da República. Desta forma a sua figura impôs-se a todas as correntes republicanas, acima das convicções ideológicas que lhe eram conhecidas, das preferências partidárias e do seu passado político mais recente. A comprovar estas considerações está o facto de, por essa altura, só mesmo os monárquicos exprimirem animadversão em relação à sua figura, apelidando-o na sua imprensa de «renegado» e de «traidor». Ainda em Junho de 1919, Mayer Garção, nas páginas do seu jornal, em editorial com o título de "Espantoso!", comentando um artigo de um jornal do Porto, O Debate, verberava aspera-

mente todos os que dirigiam esse tipo de acusação ao Presidente Canto e Castro²⁷.

Não se pode deixar de ser considerada uma questão interessante, a merecer algumas palavras de reflexão, esta em que alguém ungido para desempenhar um determinado papel, primeiramente o aceita tal e qual ele lhe é proposto ou imposto, mas depois o determina num outro e muito diferente sentido porque observa, compreende e reconhece uma realidade que exige esse novo rumo. À primeira vista, tal atitude poderá traduzir uma ausência de um ideal próprio ou uma adaptação fácil às circunstâncias. Não era esse, contudo, o caso de Canto e Castro que, como se sabe, foi sempre seguidor do ideal monárquico, mas não ao ponto de não ser capaz de discernir que tal idealismo não servia os interesses da sua Pátria. Ele sabia que não poderia esperar soluções para os problemas do país da parte de uma desarticulada Causa Monárquica que jogara uma cartada arriscada, na qual tudo perdera e que, por força disso, se encontrava agora ainda mais dividida e desorientada. Daí se infere, sem dúvida, uma integração na conjuntura e nos lances políticos, que todavia esteve muito longe de ser fácil ou oportunista.

5 - O Pós – Sidonismo

A 31 de Março entrou em funções um novo elenco ministerial presidido pelo democrático Domingos Pereira e formado por personalidades que se haviam exercido oposição ao dezembrismo e ao sidonismo²⁸. A República entrava, finalmente, na era pós – sidonista. Mas, este período governativo, tal como os que imediatamente se seguiram, seria sobretudo marcado por intensa agitação laboral. Recuperada a liberdade sindical após Monsanto, os trabalhadores lançar-se-iam em lutas pela jornada das oito horas diárias de trabalho e contra a carestia de vida. Surgido a 23 de Fevereiro de 1919, o diário operário *A Batalha* em breve se tornava o terceiro jornal mais lido, com uma tiragem de

²⁷ Ver *A Manhã* de 11 de Junho de 1919, primeira página.

²⁸ Sobre os ministros deste Governo ver *O Século* de 31 de Março de 1919, primeira página.

cerca de vinte mil exemplares. Muitos intelectuais (Ferreira de Castro, Aquilino Ribeiro, Abel Salazar e outros) deixaram-se influenciar pelas ideias libertárias. Em Lisboa, os dirigentes sindicais consideravam que o momento não era de paz, como se pretendia, mas de guerra, porque não pode haver paz enquanto uma classe (a dos trabalhadores) produz riqueza e outra classe (a dos patrões) se lucupleta com essa riqueza²⁹. Esta uma conjuntura social difícil e dolorosa em que o Governo de Domingos Pereira tentou intervir com medidas consideradas acertadas e muitas vezes funcionando como mediador nos conflitos laborais que despontavam. Marcadas eleições gerais para 13 de Abril, as mesmas só se realizaram a 11 de Maio. Com uma baixa participação (apenas 7% dos eleitores recenseados) o acto deu a vitória ao Partido Democrático que arrecadou 53% dos votos expressos. A República continuava a dar mostras de uma incapacidade de mobilizar uma efectiva e necessária expressão de vontades junto de quem, ideológica e constitucionalmente, a deveria legitimar e dignificar. Face a um universo de votantes tão pouco expressivo, o Partido Democrático, competindo-lhe exercer o poder, não o queria fazer só. E tudo isso redundava numa crise política cuja resolução passava, obrigatoriamente, pelas mãos do Presidente da República.

Porém, Canto e Castro que padecia, como já foi dito, de angina pectoris, caiu doente, preso de um enorme cansaço, ao qual, certamente não eram estranhas as preocupações que sentia com o facto de, mau grado o seu esforço, não ver o país entrar definitivamente no rumo da concórdia e do progresso e, bem ao contrário, continuar marcado por um quadro de agitação política e social e também de descalabro económico, sem remédio à vista. Por conselho dos médicos, afastou-se dos ares de Lisboa e fixou residência na Cidadela de Cascais. Por esta altura, Canto e Castro colocava a si próprio uma interrogação dilemática: esperar que o novo Parlamento elegeisse um outro Presidente da República ou provocar de imediato essa eleição, apresentando um pedido de renúncia? De acordo com Maurício de Oliveira, no íntimo do Almirante pesava muito o desejo de se retirar do cargo que ocupava, mas preocupava-o o

²⁹ Cf. Vieira, Alexandre, *Para a História do Sindicalismo em Portugal*, Lisboa, Seara Nova, 1974, pp. 143-149. Sobre o assunto ver também Rodrigues, Edgar, *Breve História do Pensamento e das Lutas Sociais em Portugal*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1977.

facto de ter de o fazer à custa da abertura de uma crise política, tanto mais assim que o Governo tinha, por força das eleições havidas, de apresentar a sua própria demissão. A levar por diante o seu projecto, o mesmo daria lugar à eclosão de uma dupla crise, a do Ministério e a da Presidência da República³⁰. Em todo o caso, no fim de Maio, Canto e Castro deu conta ao Chefe do Governo, Domingos Pereira, da sua intenção de resignar e de, nesse sentido, endereçar uma comunicação ao Presidente do Congresso da República.

Inquieto com as declarações do Presidente, Domingos Pereira reuniu de emergência com os líderes dos grupos parlamentares, dando-lhes conta das intenções de renúncia de Canto e Castro. Ficou então acordado que a reunião extraordinária do Congresso da República agendada para o dia 3 de Junho seria exclusivamente para tratar a questão da resignação presidencial. Essa sessão tomou foros de consagração pública da figura de Canto e Castro, posto que todas as forças políticas consideraram imprescindível a continuação da sua magistratura até à tomada de posse de um novo presidente. Uma moção apresentada por António Maria da Silva, no decorrer da sua alocação, foi aprovada por unanimidade e com vivas calorosos à República, por parte dos congressistas³¹. Atitude plena de significado essa de os legítimos os representantes da República apostarem forte na continuidade da magistratura de Canto e Castro, de tal modo assim que seria muito difícil ao Presidente subtrair-se aos fortes empenhos que sobre a sua figura impendiam, mormente numa altura em que, como já se disse, ele próprio estava ciente da inconveniência de provocar rupturas ou quedas nos órgãos de soberania. Não foi, por isso, inacessível aos membros Comissão do Congresso encarregada fazer sentir as suas razões a Canto e Castro, obter deste a promessa de que o mandato presidencial terminaria no 9.º aniversário da implantação da República, ou seja, no dia cinco de Outubro de 1919, data carregada de simbolismo e suficientemente dilatada no tempo para permitir um normal funcionamento das instituições da República no sentido da eleição de um novo presidente.

Quem, de todo, não ficou agradado com o rumo que as coisas tomaram foi o então Ex-Presidente da República, Bernardino Machado. Esperara

³⁰ Cf. Oliveira, Maurício de, *Ob. Cit.*, pp. 133-134.

³¹ Ver *Diário do Congresso da República* de 3 de Junho de 1919.

ele que após a sua pública renúncia o Governo de Portugal anulasse igualmente o decreto de Sidónio Pais que o havia destituído da Presidência da República, o que não aconteceu. Quanto a este aspecto, há que convir que era legítima a expectativa de Bernardino, vítima que havia sido do dezembrismo, mas uma vítima que ousara resistir, justo num momento em que todas as outras instâncias do poder (com excepção de Afonso Costa, ao momento ausente do País) se haviam apagado diante do golpe militar encabeçado por Sidónio Pais. Com efeito e tal como à data se dizia num jornal da imprensa de Lisboa, “Bernardino Machado caíra de pé, enquanto os outros poderes de Estado se haviam eclipsado perante a revolta Dezembrista”³².

Para Canto e Castro, reforçado na sua posição pelos votos de confiança dos marechais republicanos de todos os quadrantes políticos e ultrapassadas algumas dúvidas pessoais, era um novo período que se abria. Iria, apesar da frágil saúde, prosseguir a sua magistratura dentro de uma linha de acção e de princípios já bem definida e imposta a si próprio pelo seu rigoroso sentido do dever e da honra. Num país onde a estabilidade política e a paz social continuavam arredadas, a sua missão não seria fácil, mas o prestígio já ganho e a sua lhanza e cordialidade no trato com as pessoas iriam facilitar-lhe essa tarefa.

6 – Últimas Viagens no Mar da Política

No desempenho das suas funções, Canto e Castro deu as boas-vindas da nação portuguesa ao Presidente eleito da República dos Estados Unidos do Brasil, Dr. Epiácio Lindolfo da Silva Pessoa, aquando da sua visita a Portugal, em Junho de 1919. Antes de deixar Lisboa, Epiácio Pessoa teve o gesto de convidar o Presidente da República Portuguesa a visitar oficialmente o Brasil, convite que Canto e Castro muito agradeceu, porém escusou em relação à sua pessoa, com a alegação de que tal honra somente poderia recair sobre um seu sucessor, posto que ele, Canto e Castro, apenas por mais quatro meses permaneceria no seu cargo. Efectivamente, António José de Almeida, eleito Presidente da República a 6 de Agosto

³² Ver *A Manhã* de 2 de Abril de 1919, primeira página.

de 1919, visitaria o Brasil em Setembro de 1922 (1.º centenário da independência da nação brasileira) a convite do Presidente Epitácio Pessoa que, ao recebê-lo no Rio de Janeiro, não deixaria de lhe perguntar pelo homem sóbrio e educado que conhecera anteriormente como Presidente de Portugal.

A eleição de António José de Almeida para a Presidência da República abria a Canto e Castro a segura perspectiva de em breve deixar a política como era seu desejo, já sobejamente manifestado. Um extremo cansaço ia-se apoderando deste homem, especialmente num tempo em que a situação político-social, longe de se desanuviar, estava, ao invés, cada vez mais carregada de tintas negras. No Parlamento, os deputados, criticando o estado de descalabro financeiro a que o país tinha chegado, exigiam uma política de sacrifício e de redução de despesas e agitavam, como argumento, o espectro da bancarrota³³. Depois de tanto esforço feito para defender e consolidar a República, essas eram horas de amargura para Canto e Castro. E todavia era imperioso que se mantivesse no seu posto porque, afinal, ele era a única entidade oficial que se mantinha estatutariamente e de facto acima das questiúnculas partidárias, podendo ajuizar desapaixonadamente.

O último acto oficial de Canto e Castro como Presidente da República ocorreu durante as cerimónias de comemoração da Revolução do 5 de Outubro de 1910, nas vésperas da sua saída do cargo. Tratou-se de uma romagem ao Cemitério do Alto de S. João, em homenagem aos republicanos mortos em defesa da República. Aí depositou ramos de flores nas campas de Cândido dos Reis e de Miguel Bombarda. Mais uma vez um declarado monárquico reverenciava oficialmente a República, evocando-a e saudando-a ao prestar assim honras aos seus mortos. Escravo da sua palavra, Canto e Castro bebia até ao fim a taça de fel que lhe fora servida.

Chegou, por fim, o dia 5 de Outubro de 1919, que para Canto e Castro representava sobretudo a liberdade de voltar a ser ele próprio, sem, com isso, enjeitar o seu passado recente de defensor das instituições republicanas. Quando o novo Presidente da República, António José de Almeida, chegou ao Palácio de Belém, Canto e Castro recebeu-o na Sala Dourada, acompanhado do pessoal dos seus gabinetes e do Governo. As palavras que então os dois Presidentes trocaram não vêm transcritas na imprensa. Segundo Maurício de

³³ Ver *Diário da Câmara de Deputados* de 20 de Agosto de 1919, p. 15.

Oliveira, muito poucas pessoas as ouviram, mas uma dessas poucas pessoas (não identifica) ter-lhas-á reproduzido como sendo as seguintes:

— António José de Almeida: “Senhor Presidente, agradeço-lhe como português e como republicano, o sacrifício nobilíssimo de V. Ex.^a pela Pátria e pela manutenção do regime que jurou, com a sua palavra honrada, sustentar e defender, numa hora incerta da nacionalidade. V. Ex.^a salvou a Nação e a República. Todos os patriotas acompanharam, emocionados, os altos esforços de V. Ex.^a pela união da família portuguesa e em prol de melhores dias para a nossa terra. Oxalá que me estejam reservados efectivamente melhores dias do que aqueles que V. Ex.^a viveu na mais alta magistratura da Nação”³⁴.

— Canto e Castro: “São também os meus votos, senhor Presidente. A Pátria nada tem que me agradecer. Fiz apenas o que devia: cumpri a minha palavra de honra”³⁵.

7 – Derradeiras Viagens

Regressado a casa e à família, o cidadão Canto e Castro foi ainda por breve tempo notícia nos jornais³⁶. Porém, sempre pacato, amante da tranquilidade e de uma vida discreta, e podendo agora dar lugar a essa sua maneira de ser, queria afastar-se, o mais possível, do mundo da política e dos jornais. Recusou uma entrevista ao jornalista António Santos do jornal *A Época*, dizendo-lhe apenas estas palavras: “Tenho trabalhado muito. Estou satisfeito. Cumpri o meu dever para com a minha Pátria, que eu coloco acima de tudo. Agora o que eu desejo é descansar por muito tempo. A imprensa sempre foi amável comigo. Deixem-me agora esquecido na minha tebaida”³⁷.

O poder político não quis deixar de obsequiar o homem que assim subira tão alto no conceito da grande maioria dos republicanos. Nos finais do mês de Outubro, sob proposta do Ministro da Marinha, Canto e Castro foi promovido ao posto de Almirante. Era uma dignificação excepcional, conce-

³⁴ Oliveira, Maurício, *Ob. Cit.*, p. 151.

³⁵ *Idem*, *Ibidem*, pp. 151-152 (grafia actualizada).

³⁶ Ver *Diário de Notícias* de 6 e 7 de Outubro de 1919.

³⁷ Cf. *A Época* de 7 de Outubro de 1919, p. 1.

didada a título honorífico, uma vez que, tal patente não existia no quadro da Armada Portuguesa. Seria uma quarta estrela dourada a brilhar no uniforme do marinheiro, sinal de agradecimento da Pátria e da República³⁸. Algum tempo depois, o Ministro da Guerra, Hélder Ribeiro, nomeava Canto e Castro Chanceler da Ordem Militar da Torre e Espada.

Nos inícios do mês de Novembro de 1920, Portugal recebeu as visitas, quase coincidentes, dos Reis da Bélgica e dos Príncipes do Mónaco. Nas recepções feitas aos visitantes encontraram-se, como convidados oficiais, os dois ex-presidentes de Portugal, Canto e Castro e Bernardino Machado. Mantendo-se ainda muito vivos os efeitos da querela levantada por Bernardino em relação a Canto e Castro, os dois ex-presidentes cumprimentaram-se formal e friamente. Na sua qualidade de Chanceler da Torre e Espada, coube a Canto e Castro ser portador do Grande Colar da Ordem com que o Presidente da República, António José de Almeida, condecorou o Rei da Bélgica, Alberto I. Durante o almoço, foi notada a especial atenção dispensada pelos soberanos belgas a Bernardino Machado, chegando o Rei a erguer a sua taça em saudação particular ao ex-presidente. Lembremos que Bernardino fora hóspede dos Reis da Bélgica durante a Guerra, na parte do território não ocupado pelo exército alemão³⁹. O assunto seria lembrado, décadas mais tarde, pelo o jornalista Norberto Lopes do *Diário de Lisboa*. Escrevendo sobre a morte de Bernardino Machado, ocorrida a 29 de Abril de 1944, lembra uma visita feita, dias antes, pelo Almirante Gago Coutinho a Bernardino, visita que, ele próprio, Norberto Lopes, havia presenciado. No decorrer da conversa havida, Bernardino lembrou os seus tempos de embaixador da República Portuguesa no Brasil e a recepção que então lhe foi feita por um outro grande marinheiro português, na data do 3.º aniversário da implantação da República. Referia-se a Canto e Castro quando este, no regresso da sua épica viagem a Macau, ao comando do *Adamastor* aportou no Rio de Janeiro e recebeu a bordo, com todas as honras inerentes, o embaixador português. Passados todos esses anos, esquecidos os diferendos, Bernardino elogiou a figura de Canto e Castro, “a sua correcção, o seu patriotismo, a sua

³⁸ Cf. *Diário da Câmara de Deputados* de 21 de Outubro de 1919, pp. 7

³⁹ Cf. *O Século* de 3 de Novembro de 1920, p. 1.

fidalgua de maneiras e a nobreza do seu espírito". E a seguir, fazendo menção à passagem do Rei da Bélgica por Portugal e ao brinde que expressamente lhe fora feito por Alberto I, disse: "Era um brinde pessoal. Ninguém tinha o direito de se levantar ou de corresponder senão eu. Pois afirmou-se que o Almirante Canto e Castro não se levantara propositadamente para me ser desagradável, para marcar a sua antipatia por mim. Veja como se faz a história"⁴⁰.

O tempo, que ensina as pessoas a ser sábias, conseguira dar a Bernardino Machado uma visão assaz diferente daquela que mostrara ter quando, obnubilado pela defesa dos seus direitos, não teve a clarividência necessária para bem julgar a oportunidade patriótica da magistratura de Canto e Castro e aceitar que ela derivava, afinal, de uma situação anómala da vida da República, da qual, ele próprio, Bernardino Machado, também fora vítima. A retractação, feita um pouco tardiamente, não deixa, porém, de honrar Bernardino, constituindo uma exteriorização de sentimentos nobres por sua parte.

Entretanto o Almirante Canto e Castro, marinheiro ainda no activo, desempenhava as funções de Presidente do Conselho Superior de Disciplina da Armada que acumulava com as de Chanceler do Ordem da Torre e Espada. Mas, a sua maneira de ser recatada cada vez mais o afastava dos acontecimentos do mundo. Ainda assim, marcou presença pública nas cerimónias fúnebres do Ex-Presidente da República, António José de Almeida, aquando da morte deste a 30 de Outubro de 1929⁴¹. Depois, já com netos, relegou-se para uma vida inteiramente dedicada à família, sobretudo após a sua passagem à reforma em Setembro de 1932. Passava sempre os verões numa pequena casa que possuía na Praia das Maças, perto de Sintra.

⁴⁰ *O Diário de Lisboa* de 29 de Abril de 1944, p. 1.

⁴¹ Cf. *O Século* de 2 de Novembro de 1929, p. 1.



Canto e Castro, na sua casa de verão da Praia das Maças com um neto ao colo
Do livro O Drama de Canto e Castro.

Por regra, recusava conceder entrevistas aos jornalistas que, por vezes, o assediavam no sentido. A exceção foi feita a Maurício de Oliveira, jornalista do Diário de Lisboa e autor do livro referido neste trabalho. Corria o ano de 1933 e o Almirante ainda teve de envergar o seu uniforme de gala e colocar ao peito as suas condecorações, posando para o pintor Henrique Medina a quem tinha sido encomendado, pelo Governo de Salazar, o retrato oficial para vir a figurar na Galeria dos Presidentes, no Palácio Belém. A inauguração oficial deste retrato foi em 1934, ano da morte do retratado.

Canto e Castro morreu serenamente, rodeado pela família, na noite de 13 para 14 de Março de 1934. Acometido de uma pequena gripe, esta fez irromper em força uma crise da doença que desde os seus trinta anos o acompanhava, a angina pectoris. Desta vez, essa velha companheira iria concluir o seu trabalho. Igual na vida e na morte, Canto e Castro teve um funeral discreto,

sem honras militares, sem discursos, sem coroas fúnebres. Foi a enterrar pelas 15 horas do dia 15 de Março de 1934, no Cemitério dos Prazeres, em Lisboa. A sua morte foi notícia, com grande destaque, em toda a imprensa de Lisboa.

8 - Conclusão

Quando Canto e Castro morreu, disse a imprensa que ele vinha alinhavando algumas notas com o intuito de vir a escrever um livro de memórias⁴². Não há qualquer rasto de um tal trabalho, o que é grande pena, pois que, a existir, lançaria, com certeza, mais luz sobre o pensamento do seu autor e porventura também sobre aspectos menos conhecidos da sua experiência e percurso políticos. Fica-nos, todavia, a imagem indelével da grandeza moral de Canto e Castro, um homem íntegro que soube assumir compromissos e honrá-los.

É bem possível afirmar que a eleição deste homem foi providencial para a República. Outro qualquer que fosse o eleito, e decerto o desfecho seria bem mais funesto. Lembremo-nos de que a entrega do cargo a quem ele por direito pertencia, isto é, a Bernardino Machado, provocaria uma imediata reacção violenta da parte das Juntas Militares, com deflagração muito provável de guerra civil, decerto longa, posto que as forças republicanas, sendo embora em maior número e tendo o apoio do povo das grandes cidades, encontravam-se, ao momento, desarticuladas e sem chefias⁴³. E a eleição de uma qualquer outra personalidade republicana, ainda que de direita ou mesmo afecta ao sidonismo, nunca teria merecido um apoio tão largamente consensual. E o mais curioso é que esse apoio somente foi possível porque Canto e Castro não era um republicano, mas, declaradamente, um monárquico.

⁴² Cf. *O Diário de Notícias* de 15/03/1934, pp. 1 e 6.

⁴³ Cf. Ferreira, José Manuel de Medeiros, *O Comportamento Político dos Militares – Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*, Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1990, p. 125.

Consciente do prestígio que entretanto a sua figura fora adquirindo junto dos republicanos de todos os quadrantes partidários e junto da opinião pública, Canto e Castro, não se deixou tomar por vaidades, antes usou esse prestígio para tentar unir os portugueses, pretendendo apenas que em torno do que o Presidente da República emblematicamente representava, enquanto órgão de soberania, se pudessem congregiar vontades e esforços comuns, de forma a vencer as muitas e variadas dificuldades com que o País se debatia. Neste mesmo sentido, sendo por natureza discreto, ele nunca se furto a tomar parte em cerimónias e actos públicos que pudessem enaltecer e honrar a Nação e o regime, e isso porque tinha perfeita consciência do valor simbólico desses actos na ambiência ideológica-política da República. A sua autoridade, sobejamente reconhecida e sempre acatada, vinha-lhe naturalmente dessa sua maneira de ser e de agir.

Para os monárquicos, ver em Canto e Castro um aliado foi um erro de avaliação fatal. Uma ilusão lhes acarretou indecisões, indefinições várias e mesmo discórdias entre si. Isso deu tempo aos republicanos para se organizarem, fazerem necessários avanços, empreenderem o chamado «Movimento de Santarém» e começarem a minar na opinião pública, dentro e fora de quartéis, a imagem das Juntas Militares e dos seus mentores. Quando estes, de facto se aperceberam da situação a que se tinham deixado chegar, já era tarde, muito tarde. Mais não lhes restou fazer que a desvairada aventura da «Monarquia do Norte», e no sul, a não menos tresloucada peripécia da «Revolta do Monsanto». Ambas as façanhas, não desligadas entre si, tiveram uma natureza de «fuga para a frente» e soaram a um «dobro a finados» para a sorte dos monarquistas e dos seus projectos. Em toda essa extensa e complexa trama, o mérito de Canto e Castro não foi tanto o de uma grande estratégia política (ele nem sequer era político) mas o de não ceder às pressões de que foi alvo e enfrentar com determinação as tentativas de derrube do regime, honrando assim a palavra dada e o juramento feito. Depois, o monárquico Canto e Castro, mercê da sua figura altamente prestigiada e também de uma sua vocação natural para suscitar e gerar consensos, foi elemento agregador de republicanos, tendo, por vezes, a sua influência ou intervenção resolvido ou atenuado algumas crises governamentais.

Quaestio facti, o Almirante monárquico foi, em presença de uma situa-

ção política bicuda e rodeada de contornos de grande perigosidade, visivelmente, o único homem que podia ter salvo a República e que, de facto, o fez. A este respeito, os próceres republicanos mais chegados às esferas do poder e que, conseqüentemente, assistiram ao drama mais de perto, perceberam muito bem esse insubstituível papel de Canto e Castro no cargo da Chefatura da Nação. Daí os louvores, homenagens e honras que lhe foram prestadas.

O seu afastamento definitivo da cena política e do mundo parece ter obedecido ao seu modo próprio de ser mas, decerto, também a um desejo de esquecer as horas difíceis passadas à sombra da enorme responsabilidade que pesara sobre os seus ombros, no seio do desconcerto angustioso em que o País mergulhara. Dão nota disso as poucas palavras que então dirigiu à imprensa. Canto e Castro morreu discretamente, de acordo, aliás, com aquilo que fora em vida. Depois disso, foi injustamente esquecida a sua figura e a sua acção.

Vem-nos à memória uma frase de Kant: «Que recordação resta dos homens? Uma hora de trabalho para o marmorista».

Canto e Castro, Um Monárquico na Presidência da República

RESUMO

Canto e Castro foi Presidente da República Portuguesa de 16 de Dezembro de 1918 a 5 de Outubro de 1919. Sendo de convicções monárquicas, revelou-se um zeloso defensor do regime republicano, numa altura em que a sobrevivência deste correu sério perigo. A sua insubstituível acção como Chefe de Estado, nesse conturbado período político subsequente à morte de Sidónio Pais, conquistou a estima e a veneração dos republicanos.

PALAVRAS-CHAVE:

Canto e Castro; Monarquia; Portugal;
Presidente; República.

Canto e Castro, Um Monárquico na Presidência da República

ABSTRACT

Canto e Castro was President of the Portuguese Republic from December 16, 1918 to October 5, 1919. Having monarchic convictions, he was a strong defender of the republican regime, at a time when the survival of the Republic was at stake. His irreplaceable action as Head of State, during the unstable political period which followed the death of Sidónio Pais, bought the esteem and adoration of the republicans.

KEYWORDS: Canto e Castro; Monarchy;
Portugal; President; Republic

Canto e Castro, Um Monárquico na Presidência da República

RÉSUMÉ

Canto e Castro fût Président de la République Portugaise du 16 décembre 1918 au 5 Octobre 1919. Ayant des convictions monarchiques, il s'est montré un fervent défenseur du régime républicain, à un moment où la survie de celui-ci a couru un sérieux danger. Son action unique en tant que Chef de l'État, lors de cette période politique troublée suite à la mort de Sidónio Pais, a conquis l'estime et la vénération des républicains.

MOTS-CLÉS:

Canto e Castro; Monarchie; Portugal;
Président; République

Fontes

Arquivos

Diplomático do MNE, Caixa n.º 51, Documento M 114.

Diplomático do MNE, Caixa n.º 45, maço 5 e Caixa n.º 46, maço 1.

Periódicos e Revistas

ABC (1921)

Arquivo Nacional (1921)

Diários da Câmara de Deputados (1908; 1910; 1919)

Diário do Congresso da República (1919)

Diário do Senado (1919)

O Diário de Notícias (1919 e 1934)

A Época (1919)

Jornal da Tarde (1918)

A Manhã (1919)

A Pátria (1919)

O Século (1918 – 1919 e 1929)

Outras Fontes Impressas

Botelho, José Justino Teixeira, *História Militar e Política dos Portugueses em Moçambique, de 1883 aos Nossos Dias*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921.

Chagas, João, *O Diário*, IV – 1918/1921, Edições Rolim, Lisboa, s.d.

Constituição Política da República Portuguesa: aprovada por Decreto da Assembleia Nacional Constituinte de 21 de Agosto de 1911, Título III – Da Soberania e dos Poderes do Estado, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1911.

Martins, Francisco Rocha, *Memórias Sobre Sidónio Pais*, Lisboa, Sociedade Editorial ABC, Limitada, 1921.

Moniz, Egas, *Um Ano de Política*, Lisboa, 1919.

Bibliografia

Periódicos

O Diário de Lisboa (1944)

Livros

- Ascensão, Leão Ramos, *O Integralismo Lusitano*, Lisboa, Edições Gama, 1943.
- Forjaz, Jorge Pamplona, *O Solar de Nossa Senhora dos Remédios* (Canto e Castro), Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1996.
- Ferrão, Carlos, *Em Defesa da República*, Lisboa, Inquérito, s.d.
- Ferreira, José Manuel de Medeiros, *O Comportamento Político dos Militares – Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*, Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1990.
- França, José Augusto, *Os Anos Vinte em Portugal*, Lisboa, Presença, 1992.
- Lima, Campos de, *O Reino da Traulitânia, 25 Dias de Reacção Monárquica no Porto*, Porto, Renascença Portuguesa, 1919.
- Oliveira, Maurício de, *O Drama de Canto e Castro*, Lisboa, Editora, Marítimo-Colonial, 1944.
- Raposo, Hipólito, *Folhas do Meu Cadastro*, Lisboa, Edições Gama, 1940.
- Relvas, José, *Memórias Políticas*, Lisboa, Terra Livre, 1978.
- Rodrigues, Edgar, *Breve História do Pensamento e das Lutas Sociais em Portugal*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1977.
- Vieira, Alexandre, *Para a História do Sindicalismo em Portugal*, Lisboa, Seara Nova, 1974
- ### Obras de Consulta
- Peres, Damião, *História de Portugal, Suplemento*, Barcelos, Portucalense Editores 1935-1954.

ÍNDICE

Introdução	7
1 - Alguns Dados Biográficos	8
2 - Os Palcos da Política	12
3 - O Exercício do Poder	15
4 - Consolidação da República	21
5 - O Pós - Sidonismo	24
6 - Últimas Viagens no Mar da Política	27
7 - Derradeiras Viagens	29
8 - Conclusão	33
Resumo - Abstract - Résumé	36

Os Cadernos do CEIS20 são publicados pelo Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra-CEIS20.

Esta publicação, de pequena dimensão, tem por objectivo dar a conhecer resultados parciais ou finais de pesquisas realizadas no âmbito deste Centro e reflectem, por isso, a actividade de investigação efectuada. Os trabalhos publicados têm que ser inéditos e devem incentivar o debate de temas e de problemas do século XX.

Coordenação: João Rui Pita



CEIS20
CENTRO DE ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES
DO SÉCULO XX
DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

• U



• C

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia

978-972-8627-08-9



9 789728 627089